

# Demonstrações Financeiras

**2025**

31 DE DEZEMBRO DE 2025

Elaboradas de acordo com as  
práticas contábeis adotadas no Brasil  
aplicáveis as Instituições Financeiras.

© 2025 BANCO DIGIMAI S.A.  
CNPJ: 92.874.270/0001-40  
Rua Arizona 1426, 9º andar - Cidade  
Monções - São Paulo - 04567-003



## ÍNDICE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO .....	3
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE .....	9
BALANÇO PATRIMONIAL .....	15
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO .....	16
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE .....	17
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	18
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO .....	19
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	20
1. Contexto operacional .....	20
2. Apresentação das demonstrações financeiras .....	20
3. Resumo das principais práticas contábeis .....	22
4. Disponibilidades .....	24
5. Títulos e valores mobiliários .....	25
6. Operações de crédito .....	26
7. Ativos fiscais .....	30
8. Imobilizado de uso .....	32
9. Outros ativos .....	32
10. Depósitos a prazo .....	34
11. Passivos fiscais correntes .....	35
12. Provisões para contingências .....	35
13. Outros passivos .....	36
14. Patrimônio líquido .....	37
15. Transações com partes relacionadas .....	37
16. Imposto de renda e contribuição social .....	38
17. Despesas com venda ou transferência de ativos financeiros .....	38
18. Outras despesas administrativas .....	39
19. Despesas tributárias .....	39
20. Responsabilidades e compromissos .....	40
21. Outras receitas e despesas operacionais .....	40
22. Instrumentos financeiros .....	40
23. Gestão de riscos .....	41
24. Eventos subsequentes .....	43
Composição da Administração em 31 de dezembro de 2025 .....	44

# 2S25

## Relatório da Administração

A Administração do Banco Digimais S.A. (“Banco” ou “Digimais”), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresenta o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“Bacen”), acompanhada do Relatório do Auditor Independente.

## Nota de esclarecimento

Referente às recentes notícias divulgadas através de mídias sociais, jornais e/ou outros canais de comunicação envolvendo o Banco Digimais e seus administradores, a Administração esclarece que, os ataques midiáticos infundados, construídos e propagados por conta e interesse de particulares específicos, além de notificações recebidas e devidamente respondidas, ocasionaram o ajuizamento de demandas perante o Poder Judiciário. Registramos que, questões de cunho meramente contratual, acabaram sendo incorretamente divulgadas - de forma irresponsável e desprovida de qualquer base ou fundamento legal - à população e ao mercado em geral. Na condição de instituição financeira séria, respeitada pelo mercado, de posse das provas e documentos necessários, constituídos em razão de sua organização e boas práticas às regras de governança, de autorregulação e demais exigências advindas das regulamentações aplicáveis em razão da sua condição como instituição financeira, já adotou e vem adotando todas as medidas judiciais e administrativas necessárias, asseguradas por lei, contra as indevidas investidas, no sentido de preservar e fazer valer os seus direitos como instituição financeira, cuja atuação e de seus colaboradores, sempre se deu com muita honestidade, trabalho e de forma íntegra.

## Mensagem da administração

O Banco Digimais é uma sociedade por ações de capital fechado com sede em São Paulo/SP, controlada pela Digimais Participações S.A. e está autorizado pelo Bacen a atuar sob a forma de banco múltiplo, operando as carteiras de crédito, financiamento e investimento. A atuação do Banco está focada em empréstimos com crédito consignado, o qual, representa 42% das operações na carteira, tendo ainda 52% de saldos oriundos das operações de financiamento de veículos e 6% para outras operações, com maior participação na oferta de capital de giro para empresas. O Banco atua nos principais estados do Brasil e tem maior concentração nas regiões Sul e Sudeste, sendo que os depósitos a prazo com emissão de Certificado de Depósitos Bancários constituem sua principal fonte de captação de recursos garantindo previsibilidade ao funding da instituição, além de uma forte política de manutenção das reservas de caixa elevadas, trazendo liquidez com disponibilidade imediata.

52%



CDC

42%



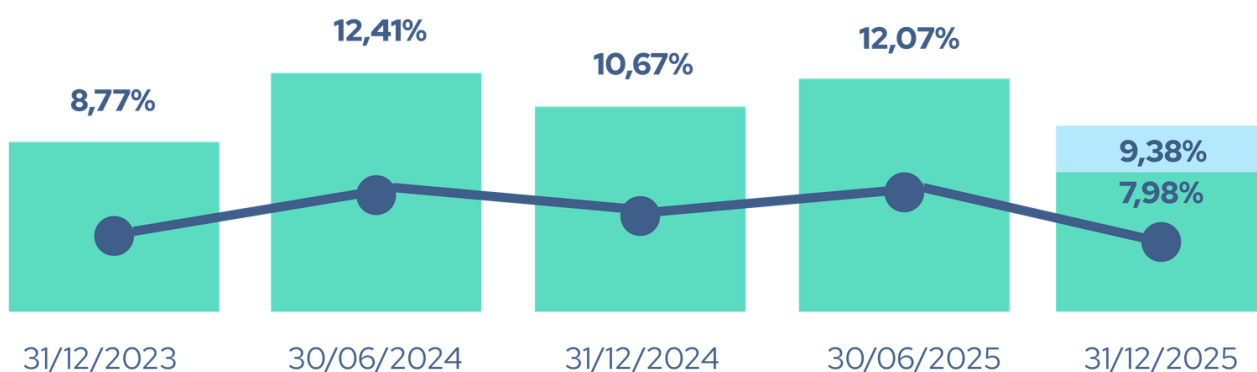
Crédito Consignado

6%

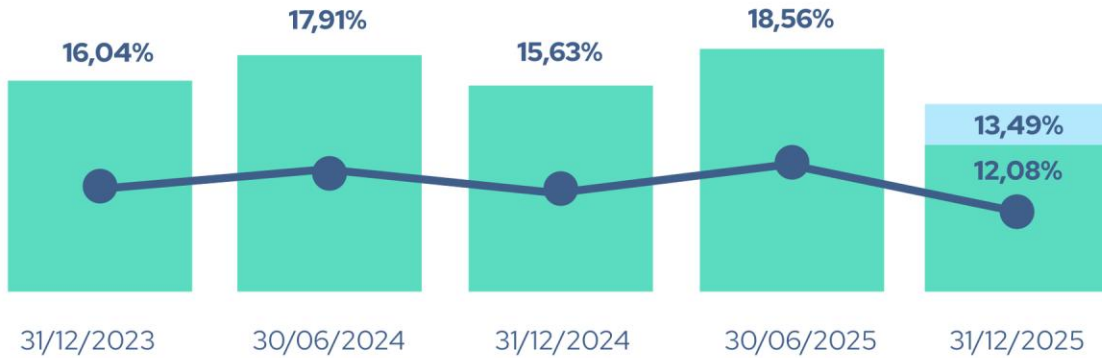
Outras  
operações

Ao término do ano de 2025, o Banco consolida o reposicionamento estratégico da sua atuação, direcionado principalmente à concessão de crédito consignado e com a suspensão na originação de financiamento de veículos. Em continuidade aos esforços de reestruturação, a atuação do Banco durante 2025 apresenta resultados consistentes e alinhados à nova diretriz estratégica. Neste ano, o Banco alcançou lucro líquido de R\$ 31 milhões, patrimônio de referência de R\$ 1.072 milhões e total de ativos de R\$ 10 bilhões, reforçando a trajetória de recuperação e a busca pela sustentabilidade do modelo de atuação. O Banco apresenta um Indicador de Basileia de 12,08% e um indicador de Capital Nível1 de 7,98% (13,49% e 9,38%, respectivamente se considerado o aumento de capital no montante de R\$ 250 milhões homologado pelo Bacen em 5 de março de 2026 – vide nota explicativa nº 23f).

## Índice de Basileia Nível 1

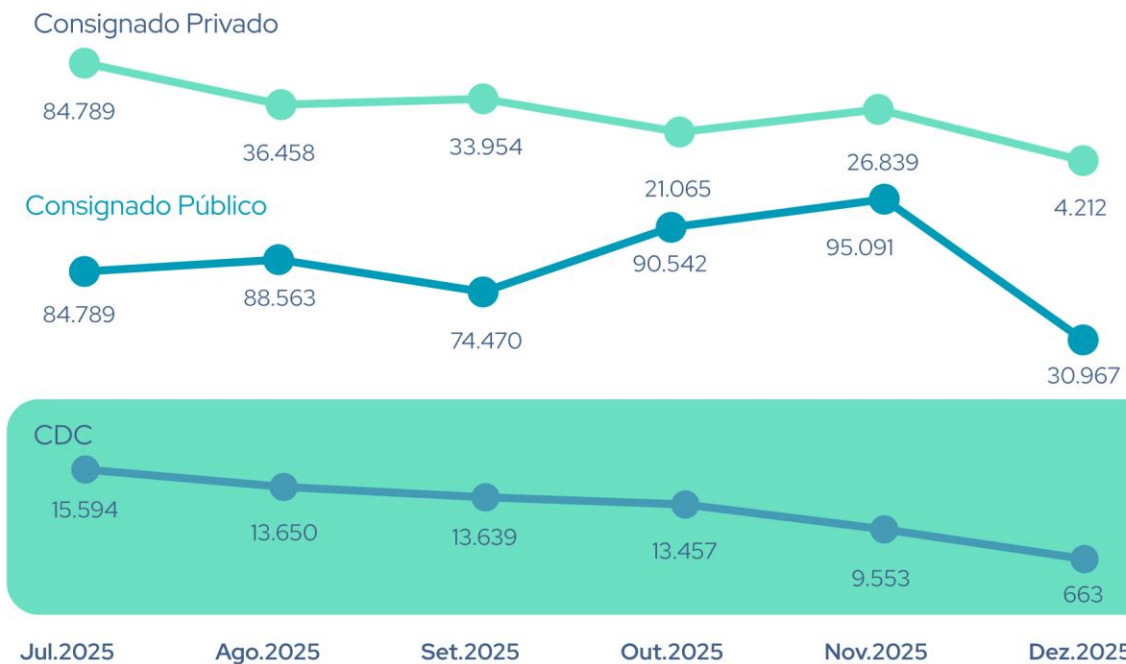


## Índice de Basileia Amplo



A política de concessão de crédito tem recebido atenção direta da administração do Banco com aprimoramentos contínuos nos critérios de elegibilidade e nas análises de riscos. Essa atuação, aliada à aplicação consistente de métricas de retorno, implicou, além da alteração da composição de origemação, a redução do ritmo de crescimento da carteira

## Volumes de produção



A desaceleração dos resultados operacionais no segundo semestre de 2025 demonstra mais cautela e reforça o direcionamento adotado na aderência da instituição às iniciativas de reestruturação. Nesse contexto, seguem como pilares os objetivos estratégicos do Banco, considerando a rentabilização do capital investido e a consolidação das iniciativas em busca de uma melhor eficiência operacional. O Banco Digimais mantém sua política de liquidez com um caixa de 2,7 vezes seu patrimônio líquido, o que demonstra liquidez robusta e totalmente alocada em títulos públicos federais, com liquidez diária. Em dezembro de 2025, a captação continuava concentrada em depósitos a prazo, complementada com outras fontes estáveis, como letras financeiras e DPGE's. Essa diversificação reduz a dependência das plataformas de corretoras, fortalece a previsibilidade do funding, reflete a maior credibilidade do Banco junto a investidores profissionais.



A estrutura de governança corporativa do Banco Digimais volta a operar de forma mais enxuta e pragmática, focada na manutenção dos orçamentos bases e gerenciamento entre ativos e passivos. Com um novo aporte de capital social no valor de R\$ 250 milhões de reais e a contratação de um novo presidente (CEO), o controle da instituição reafirma seu compromisso com a geração de valor para clientes, acionistas e parceiros, atuando de forma responsável e segura na evolução e continuação dos negócios.

## Cenário econômico

O ambiente econômico ao final de 2025 permaneceu desafiador, marcado pela combinação de inflação ainda acima da meta, juros elevados e atividade econômica em ritmo moderado. Ao longo do segundo semestre, o Banco Central manteve a taxa Selic em 15,00% a.a. e, na reunião de dezembro, reforçou que a estratégia de manutenção do nível corrente da taxa de juros por período bastante prolongado permanecia adequada para assegurar a convergência da inflação à meta.

No campo inflacionário, o IPCA encerrou 2025 com alta acumulada de 4,26%, acima da meta contínua de 3,00%, ainda que abaixo das estimativas mais elevadas observadas ao longo do ano. Na virada de dezembro, as expectativas de mercado coletadas pelo Relatório Focus apontavam mediana de 4,31% para o IPCA de 2025, evidenciando que o resultado efetivo ficou ligeiramente abaixo do esperado pelo mercado no encerramento do exercício.

No mercado de crédito, o saldo das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional totalizou R\$ 7,1 trilhões em 2025, com elevação de 10,2% no ano, desacelerando em relação aos 11,5% observados em 2024. Esse arrefecimento ocorreu tanto no segmento de pessoas jurídicas, cujo crescimento foi de 8,1%, quanto no crédito destinado às pessoas físicas, que avançou 11,6% no mesmo período.

A inadimplência no SFN apresentou elevação ao longo de 2025. O percentual de atraso superior a 90 dias no crédito total alcançou 4,1% da carteira em dezembro, com alta de 1,1 p.p. em relação ao final de 2024. No segmento empresarial, a inadimplência encerrou o ano em 2,5%, enquanto no crédito às famílias atingiu 5,0%. No crédito com recursos livres, a inadimplência chegou a 5,4%, sendo 3,2% no segmento livre às empresas e 6,9% no livre às famílias. Além disso, em novembro, o endividamento das famílias situou-se em 49,8%, e o comprometimento de renda permaneceu em patamar historicamente elevado, em 29,3%.

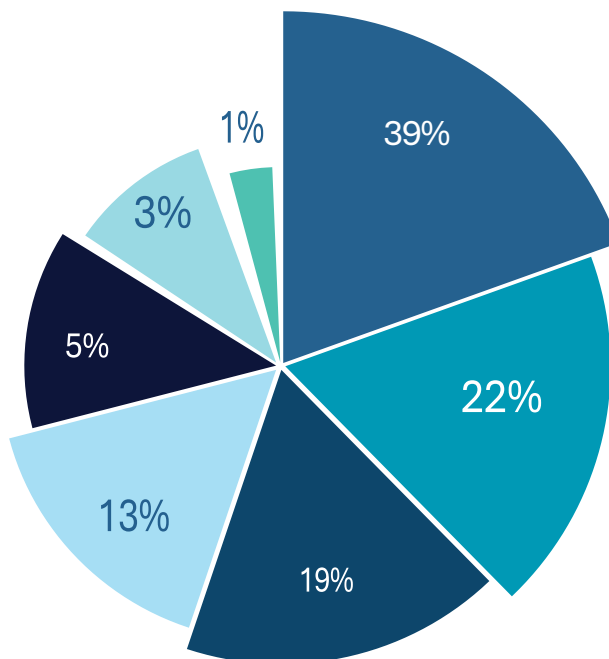
A pesquisa também apontou piora dos fatores associados à inadimplência, ao comprometimento de renda e à tolerância ao risco, reforçando a leitura de maior seletividade na concessão.

A atual Administração do Banco, deve manter o equilíbrio entre a geração de valor por meio da oferta de crédito e uma abordagem prudente na gestão dos riscos de crédito, liquidez e taxa de juros, pois o cenário macroeconômico e de crédito ao final de 2025 exigiu mais rigor na concessão e na gestão de riscos, com monitoramento contínuo das condições de mercado e adoção de medidas operacionais voltadas à preservação da qualidade da carteira.

	2025 *	2024
Liquidez (caixa)	2.143.375	2.882.670
Total de ativo	10.064.152	8.810.539
Patrimônio de referência	1.072.369	932.189
Índice de Basileia Nível I (projetado)*	9,38%	10,67%
Índice de Basileia Amplo (projetado)*	13,49%	15,83%

## Títulos e Valores Mobiliários

O Banco Digimais mantém suas aplicações em diferentes operações e adota uma postura mais conservadora diante do cenário mais desafiador. Em 31 de dezembro de 2025, os Títulos e Valores Mobiliários somavam R\$ 4.290 milhões e estão segregados conforme a seguir:



## Demonstrações financeiras

Os Diretores declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes, assim como revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da instituição relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as quais foram aprovadas pela Administração do Banco em 02 de abril de 2026.

## Relacionamento com os auditores independentes

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Banco Digimais não contratou nem teve serviços prestados pela CLA - Clifton Larson Allen Brasil Auditores Independentes que afetem ou possam afetar a independência necessária à execução do trabalho de auditoria externa das demonstrações financeiras. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

## Ouvidoria institucional

A estrutura de Ouvidoria do Banco Digimais está em conformidade com a Resolução CMN nº 4.860 de 23 de outubro de 2020 e disponibiliza aos seus clientes os canais de acesso à Ouvidoria e os divulga por meio de seus correspondentes bancários, internet e materiais de comunicação. A Instituição mantém sua Ouvidoria como instrumento de suma importância no relacionamento com seus clientes e, em estrita observância às normas legais e regulamentares relativas ao direito do consumidor.

## Agradecimentos

Para finalizar, agradecemos aos clientes e acionistas pela confiança, aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação. Reiteramos o nosso compromisso permanente de promover uma Administração focada em resultados, sem renunciar ao tripé: segurança, liquidez e rentabilidade.

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas do  
**Banco Digimais S.A.**  
São Paulo - SP

## Opinião com ressalvas

---

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Digimais S.A. ("Instituição" ou "Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos que possam decorrer dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Digimais S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

## Base para opinião com ressalvas

---

### Investimentos em cotas de fundos de investimentos

---

Em 31 de dezembro de 2025, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 5, o Banco possuía investimentos em cotas de fundos de investimento no montante total de R\$ 4.233.938 mil, distribuídos entre certas categorias de fundos, sendo que desse total identificamos limitações em cerca de R\$3.098.421 mil, conforme o seguinte detalhamento: **(i) Investimentos em Cotas de Fundos de Investimento (FIDC)**, o montante total na rubrica que perfaz o valor de R\$ 1.908.515mil, contêm cerca de R\$ 744.961 mil correspondentes a fundos cujas últimas demonstrações financeiras foram emitidas com modificação de opinião e cerca de R\$ 817.975mil correspondentes a fundo que até a data da emissão deste relatório não havia concluído a emissão de suas demonstrações financeiras auditadas, sendo assim não nos foi possível realizar procedimentos alternativos de auditoria para avaliação da eventual necessidade de provisão de crédito do fundo e possíveis impactos nas cotas destes do fundos que perfazem cerca de R\$1.562.936 mil; **(ii) Fundos de Investimento Imobiliário (FII)**, o montante total na rubrica que perfaz o valor de R\$ 595.574 mil, contêm cerca de R\$ 324.928 mil correspondentes a fundo que até a data da emissão deste relatório não havia concluído a emissão de suas demonstrações financeiras auditadas; **(iii) Fundos de Investimentos em Participações (FIP)**, o montante total da rubrica que perfaz o valor de R\$ 1.709.710 mil, contêm cerca de R\$ 570.682 mil correspondem a investimentos cujas últimas demonstrações financeiras auditadas foram elaboradas com data-base igual ou superior a seis

meses em relação à data-base das demonstrações contábeis do Banco; e também contêm cerca de R\$ 997.534mil, se referem a FIPs adquiridos no segundo semestre de 2025 que ainda não possuem demonstrações financeiras auditadas cujos valores de aquisição montam em R\$ 357.658 mil, e geraram no semestre resultado de R\$ 639.875 mil relativo a marcação a valor justo ou resultado na transação de aquisição, os quais não foi possível avaliar a razoabilidade ou potenciais ajustes decorrentes dos efeitos das avaliações.

Em decorrência dos aspectos acima mencionados, não foi possível realizar procedimentos de auditoria persuasivos sobre tais investimentos em nossa data base. Desta forma, considerando que não obtivemos evidências de auditoria suficientes e apropriadas, não nos foi possível determinar os eventuais ajustes, se houver, nas demonstrações contábeis do Banco.

### **Transação entre partes relacionadas**

---

Conforme divulgado na nota explicativa nº 9, o Banco realizou, no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a venda das cotas do FIDC Hermon para a B.A. Empreendimentos e Participações S/A, parte relacionada ao Banco, pelo montante de R\$ 741.349 mil, gerando ao Banco um resultado positivo com reversão de provisão para *impairment* no montante líquido de R\$ 126.000 mil, constituída em decorrência de compromisso assumido em períodos anteriores junto ao Bacen. Embora, suportada por Pareceres Legais atestando sua lisura e conformidade regulatória, com base na análise do contrato celebrado entre as partes, identificamos que a operação pode não refletir condições usuais de mercado, uma vez que não prevê remuneração compatível com sua natureza econômica e que sua realização está condicionada ao recebimento por parte da adquirente ou por meio de aporte dos controladores finais. Até a data de emissão deste relatório, não obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes que nos permitissem concluir sobre a adequada classificação, da mensuração do ativo reconhecido e a razoabilidade dos efeitos contábeis decorrentes dessa transação.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

## Ênfases

---

### Informações comparativas

---

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes ao exercício do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### Limite de Basileia

---

Conforme apresentado na nota explicativa nº 23, em 31 de dezembro de 2025 o índice de Basileia do Banco apresenta-se próximo ao limite mínimo regulatório. Em decorrência dos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção "base para opinião com as ressalvas", e eventuais ajustes decorrentes desses temas poderão impactar de forma relevante o patrimônio do Banco e conseqüentemente seu índice de Basileia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

---

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

---

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas Financeiras e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do

Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 02 de abril de 2026.

**CLA- Clifton Larson Allen Brasil Auditores Independentes Ltda.**  
CRC 2SP-048.811/O-0



**Thiago Benazzi Arteiro**  
Contador CRC 1SP-273.332/O-9

## BALANÇO PATRIMONIAL

Para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

(Valores em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2025
<b>Disponibilidades</b>	<b>4a</b>	<b>2.143.375</b>
<b>Instrumentos financeiros</b>		<b>4.290.535</b>
Títulos e valores mobiliários	5	4.290.362
Pagamentos e recebimentos a liquidar		173
<b>Carteira de crédito</b>		<b>1.675.976</b>
Operações de crédito	6	1.880.463
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	6f	(204.487)
<b>Ativos fiscais</b>		<b>584.139</b>
Ativos fiscais correntes	7a	170.705
Ativos fiscais diferidos	7b	413.434
<b>Outros ativos</b>	9	<b>1.366.283</b>
<b>Imobilizado de uso</b>	8	<b>3.844</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>10.064.152</b>
Passivo	Nota	31/12/2025
<b>Depósitos e demais instrumentos financeiros</b>		<b>9.134.408</b>
Depósitos à vista		7.239
Depósitos a prazo	10	9.127.169
<b>Passivos fiscais</b>		<b>14.797</b>
Passivos fiscais correntes	11	14.706
Passivos fiscais diferidos		91
<b>Provisões para contingências</b>	12	<b>30.841</b>
<b>Outros passivos</b>	13	<b>96.784</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>9.276.830</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	14	<b>787.322</b>
Capital social		1.040.000
(-) Capital a integralizar		(125.000)
Prejuízos acumulados		(127.678)
<b>Total do Passivo e do Patrimônio líquido</b>		<b>10.064.152</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Para o período do 2º semestre de 2025 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

(Valores em milhares de reais)

Descrição	Nota	2º Sem./2025	31/12/2025
<b>Receitas da intermediação financeira</b>		<b>875.915</b>	<b>1.675.596</b>
Com operações de crédito	6g	189.952	504.374
Com aplicações interfinanceiras de liquidez	4b	161.254	320.846
Com operações com títulos e valores mobiliários	5c	524.709	850.376
<b>Despesas da intermediação financeira</b>		<b>(702.271)</b>	<b>(1.293.968)</b>
Com captação no mercado	10d	(702.271)	(1.270.474)
Com venda ou transferência de ativos financeiros	17	-	(23.494)
<b>Resultado bruto</b>		<b>173.644</b>	<b>381.628</b>
Provisão / Reversão de provisões para perdas associadas ao risco de crédito	6h	(42.281)	(47.553)
<b>Resultado da intermediação financeira após as provisões para perdas associadas ao risco de crédito</b>		<b>131.363</b>	<b>334.075</b>
<b>Receitas (Despesas) operacionais</b>		<b>(150.904)</b>	<b>(279.134)</b>
Despesas de pessoal		(27.668)	(56.292)
Outras despesas administrativas	18	(157.698)	(252.127)
Despesas tributárias	19	(15.636)	(28.641)
Outras receitas operacionais	21a	60.930	77.585
Outras despesas operacionais	21b	(10.831)	(19.659)
<b>Resultado antes da tributação e das participações</b>		<b>(19.541)</b>	<b>54.941</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	16	<b>10.689</b>	<b>(20.090)</b>
Provisão para imposto de renda		2.153	(1.973)
Provisão para contribuição social		2.381	(930)
Resultado fiscal diferido		6.155	(17.187)
<b>Participações nos lucros e resultados dos empregados</b>		<b>(1.936)</b>	<b>(3.570)</b>
<b>Lucro líquido (Prejuízo) no semestre / exercício</b>		<b>(10.788)</b>	<b>31.281</b>
<i>Resultado por ações – em R\$</i>		<i>(1,49)</i>	<i>4,31</i>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**

Para o período 2º semestre de 2025 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

*(Valores em milhares de reais)*

<u>Descrição</u>	<u>2º Sem./2025</u>	<u>31/12/2025</u>
Lucro líquido (Prejuízo) no semestre / exercício	(10.788)	31.281
<b>Resultado abrangente no semestre / exercício</b>	<b><u>(10.788)</u></b>	<b><u>31.281</u></b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para o período ao 2º semestre de 2025 e o exercício findo 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Valores em milhares de reais)

Descrição	Capital social			Total
	Capital social	Capital social a integralizar	Prejuízos acumulados	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>790.000</b>	-	<b>(91.174)</b>	<b>698.826</b>
Adoção inicial da Res. CMN nº 4.966/21	-	-	(67.785)	(67.785)
Resultado líquido do período	-	-	42.069	42.069
<b>Saldos em 30 de junho de 2025</b>	<b>790.000</b>	-	<b>(116.890)</b>	<b>673.110</b>
Aumento de capital	250.000	(125.000)	-	125.000
Resultado Líquido do período	-	-	(10.788)	(10.788)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>1.040.000</b>	<b>(125.000)</b>	<b>(127.678)</b>	<b>787.322</b>
<b>Mutações do 2º semestre de 2025</b>	<b>250.000</b>	<b>(125.000)</b>	<b>(10.788)</b>	<b>114.212</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO

Para o período do 2º semestre de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

(Valores em milhares de reais)

Descrição	2º Sem./2025	31/12/2025
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>25.991</b>	<b>96.144</b>
<b>Lucro líquido</b>	<b>(10.788)</b>	<b>31.281</b>
<b>Ajustes ao lucro líquido do semestre</b>	<b>36.779</b>	<b>64.863</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(6.155)	17.863
Depreciação e amortização	1.408	3.447
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	42.281	47.553
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	(755)	(3.324)
<b>Variação de ativos e passivos</b>	<b>(467.558)</b>	<b>(892.654)</b>
Títulos e valores mobiliários	(399.442)	(2.083.262)
Pagamento e recebimento a liquidar	124	284
Operações de crédito	54.286	595.783
Ativos fiscais correntes e diferidos	(990)	(68.639)
Outros ativos	(828.317)	(505.261)
Depósitos e demais instrumentos financeiros	666.957	1.110.861
Outros passivos	55.828	48.501
Impostos correntes	(16.004)	9.079
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>(441.567)</b>	<b>(796.510)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Adoção inicial da Res. CMN nº 4.966/21	-	(67.785)
Aporte de capital	125.000	125.000
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>	<b>125.000</b>	<b>57.215</b>
<b>Redução de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(316.567)</b>	<b>(739.295)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre</b>	<b>2.459.942</b>	<b>2.882.670</b>
Disponibilidades	(1)	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(316.566)	2.143.375
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre</b>	<b>2.143.375</b>	<b>2.143.375</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. Contexto operacional

O Banco Digimais S.A. (“Banco” ou “Digimais”) é uma sociedade por ações de capital fechado cujo controle é exercido pela Digimais Participações S.A. e sua sede social está localizada na Rua Arizona, nº 1426 - Cidade Monções - São Paulo - SP.

O Banco está autorizado pelo Banco Central do Brasil (Bacen) a atuar sob a forma de banco múltiplo operando as carteiras comerciais e de crédito, financiamento e investimentos. A instituição é controlada pela Digimais Participações S.A. que é uma holding de capital.

A atuação do Banco está focada principalmente no crédito consignado, sem prejuízo das operações de financiamento de veículos seminovos originadas até dezembro de 2025, representando respectivamente 36,39% e 56,74% das operações na carteira de crédito em 31 de dezembro de 2025. O Banco atua nos principais estados do Brasil e tem maior concentração nas regiões Sul e Sudeste.

A principal fonte de recursos são os depósitos a prazo captados via emissão de Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e Letras Financeiras Subordinadas (LFS).

Em 11 de abril de 2024, o Banco Central do Brasil (Bacen) aprovou o plano estratégico elaborado pela Administração do Banco Digimais trazendo novos objetivos a serem alcançados ao longo dos próximos 5 anos, com a revisão de toda a operação do Banco. Novos parâmetros foram estabelecidos voltados a diminuir a inadimplência e uma nova gama de produtos e serviços nos segmentos de atacado e varejo estão sendo implementados com a finalidade de diversificar as origens das receitas e gerar melhores resultados.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade operacional, conforme disposto no art. 8º, § 1º, inciso I, da Resolução BCB nº 2/20.

### 2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir das diretrizes contábeis definidas pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07, com observâncias as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

A moeda funcional é o Real e exceto quando indicado, os valores estão expressos em milhares de Reais e forma arredondados para o milhar mais próximo.

A fim de adequar-se às normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu algumas normas e suas respectivas interpretações, que são aplicáveis às instituições financeiras apenas quando aprovadas pelo Bacen.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Bacen são:

- Resolução CMN nº 3.823/09 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução CMN nº 3.989/11 – Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 (R1));
- Resolução CMN nº 4.877/20 – Benefícios a Empregados (CPC 33 (R1));
- Resolução CMN nº 4.524/16 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras (CPC 02 (R2));
- Resolução CMN nº 4.534/16 – Ativo Intangível (CPC 04 (R1));
- Resolução CMN nº 4.535/16 – Ativo Imobilizado (CPC 27);

- Resolução CMN nº 4.818/20 – Demonstrações financeiras individuais e consolidadas, Demonstração dos fluxos de caixa (CPC 03 (R2)), Divulgação sobre partes relacionadas (CPC 05 (R1)), Eventos subsequentes (CPC 24), Resultado por ação (CPC 41);
- Resolução CMN nº 4.924/21 – Reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis (CPC 00 (R2)), (CPC 01(R1)), (CPC 23), (CPC 46), (CPC 47); e
- Resolução CMN nº 4.966/21 – Instrumentos Financeiros (CPC 48).

### Resolução CMN nº 4.966/21

A Resolução CMN nº 4.966/21 – Instrumentos Financeiros (CPC 48), com as atualizações introduzidas pela Resolução CMN nº 5.100/23 e demais normativos correlatos, entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025, estabelecendo os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros. As principais mudanças referem-se: à classificação de instrumentos financeiros; ao reconhecimento de juros em caso de atraso; ao reconhecimento da taxa efetiva de juros contratual; à baixa a prejuízo e; ao reconhecimento da provisão com base na perda esperada e classificação das operações com problemas de crédito. A adoção da normativa foi aplicada prospectivamente e as diferenças nos valores contábeis de ativos e passivos financeiros decorrentes de sua adoção foram reconhecidas em lucros acumulados em 1º de janeiro de 2025, líquidos dos respectivos impactos fiscais.

O principal impacto estimado (antes dos efeitos fiscais) da adoção inicial desta Resolução e correlatas foi o incremento na provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (art. 40 da Resolução CMN nº 4.966/21), no montante de R\$ 123.245, incluindo a provisão mínima requerida, provisão adicional, provisões para títulos, compromissos de crédito e créditos a liberar.

- A probabilidade de o instrumento ser caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, considerando o prazo esperado do instrumento financeiro, bem como a situação econômica corrente e previsões razoáveis e justificáveis de eventuais alterações nas condições econômicas e de mercado que afetem o risco de crédito do instrumento, durante o seu prazo esperado, inclusive em virtude da existência de eventuais garantias ou colaterais vinculados ao instrumento financeiro;
- A expectativa de recuperação do instrumento financeiro, considerando os custos de recuperação do instrumento, as características de eventuais garantias ou colaterais, tais como modalidade, liquidez e valor presente provável de realização, as taxas históricas de recuperação em instrumentos financeiros com características e risco de crédito similares, dentre outros.
- Provisão para perdas incorridas associadas ao risco de créditos para os ativos financeiros inadimplidos, conforme art.76 da Resolução BCB nº 352/23, aplicando-se os percentuais definidos nos Anexos I e II desta Resolução, observando o período de atraso.

Após os efeitos tributários, o impacto líquido reconhecido no patrimônio líquido foi de R\$ 67.785.

Quanto aos aspectos fiscais relacionados à aplicação dos critérios contábeis estabelecidos na Resolução CMN nº 4.966/21, a Lei nº 14.467/22 (com as alterações da Lei nº 15.078/24) estabeleceu o tratamento tributário no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo Bacen.

A partir de 1º de janeiro de 2025, as instituições poderão deduzir, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações inadimplidas, independentemente da data da sua contratação e operações com pessoa jurídica em processo falimentar ou em recuperação judicial, a partir da data da decretação da falência ou da concessão da recuperação judicial. A dedução fiscal estabelecida deverá observar a perda incorrida segundo os percentuais estabelecidos com base no período de inadimplemento. A partir do mês de janeiro de 2026, as perdas apuradas sobre os créditos que se encontravam inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, ainda não deduzidas fiscalmente até essa data, poderão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para cada mês do período de apuração, sendo permitido ainda que as instituições optem, até 31 de dezembro de 2025, de forma irrevogável e irretratável, por fazer as deduções à razão de 1/120 ao mês.

Os efeitos decorrentes da aplicação da Lei nº 14.467/22 estão refletidos na expectativa de realização dos créditos tributários, demonstrados na nota explicativa nº 7c.

As demonstrações financeiras do Banco Digimais S.A. são apresentadas com as alterações advindas da Resolução nº 4.818/20 do CMN e da Resolução BCB nº2/20. O principal objetivo dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras em consonância com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*).

Até a presente data, não é possível estimar quando os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC serão aprovados pelo Bacen.

### Informações Comparativas

Em atendimento ao disposto no Art. 79 da Resolução CMN nº 4.966/21, as instituições financeiras não estão obrigadas a apresentarem informações comparativas nas demonstrações financeiras para os períodos do ano de 2025 referentes a exercícios anteriores. Assim, os quadros e notas explicativas preparadas com base nas normas contábeis vigentes até 31 de dezembro de 2024, não foram reapresentados neste conjunto de demonstrações financeiras.

## 3. Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis adotadas pelo Banco são aplicadas de forma consistente nas Demonstrações Financeiras, nas quais:

- a) **Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por disponibilidades em moeda nacional, e aplicações financeiras de liquidez, com prazo de resgate até 90 dias da data da aplicação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos até a data de encerramento do balanço, e possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou sem prazos fixos para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.
- b) **Aplicações interfinanceiras de liquidez:** São registradas ao valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas quando aplicável.
- c) **Instrumentos financeiros:** De acordo com a Resolução CMN nº 4.966/21 (CPC 48), os instrumentos financeiros são classificados e mensurados considerando:
  - i) **Custo amortizado** – ativos financeiros mantidos em modelo de negócio cujo objetivo é receber fluxos contratuais de caixa, desde que esses fluxos sejam exclusivamente de pagamento de principal e juros (SPPI). São registrados pelo custo de aquisição, ajustados pela taxa efetiva de juros e deduzidos da provisão para perdas esperadas;
 

Taxa de Juros Efetiva ("TJE") é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro. Para o cálculo da taxa efetiva de juros são considerados as receitas e custos de originação vinculados aos instrumentos operacionalizados, apropriados linearmente, conforme suas vigências.
  - ii) **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)** – ativos financeiros mantidos em modelo de negócio cujo objetivo é receber fluxos contratuais de caixa e eventualmente vendê-los, desde que atendam ao critério de fluxos de caixa SPPI. Os rendimentos são reconhecidos no resultado e as variações de valor justo registradas em outros resultados abrangentes, líquidos dos efeitos tributários, sendo reclassificadas para o resultado no momento da realização; e
  - iii) **Valor justo por meio do resultado (VJR)** – ativos financeiros designados nessa categoria ou que não atendam ao critério SPPI e/ou ao modelo de negócio para custo amortizado ou VJORA. Os rendimentos e as variações de valor justo são reconhecidos diretamente no resultado do período.

- d) Renegociação e Reestruturação:** Os requisitos estabelecem que para apuração do valor contábil dos saldos de operações de reestruturação de ativos financeiros, o mesmo deve ser reavaliado para representar o valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados, descontados pela taxa de juros efetiva originalmente contratada. No caso de renegociação de instrumentos financeiros não caracterizada como reestruturação a instituição deve reavaliar o instrumento para que passe a representar o valor presente dos fluxos de caixa descontados pela taxa de juros efetiva, conforme as condições contratuais renegociadas. Fica facultado, até 31 de dezembro de 2026, o uso da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados. O Banco Digimais optou por aderir a facultade e apresenta os saldos reestruturados a partir do valor presente dos fluxos de caixa descontados pela taxa de juros efetiva, conforme as condições renegociadas.
- e) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:** As operações de venda de ativos financeiros são registradas conforme a Resolução CMN nº 4.966/21 (CPC 48), sendo o ativo baixado quando ocorre a transferência substancial de riscos e benefícios; nas demais situações, o ativo permanece no balanço até a perda de controle, reconhecendo-se os efeitos financeiros no resultado do período.
- f) Operações de crédito e depósitos:** As operações de crédito e os depósitos a prazo são registrados pelo valor atualizado até a data do balanço, sendo as provisões constituídas de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23, com base no modelo de perdas esperadas; os rendimentos em atraso são reconhecidos apenas quando recebidos e os créditos irrecuperáveis são baixados contra a provisão existente.
- g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** A provisão para perdas esperadas é constituída em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/21 e a Resolução BCB nº 352/23, considerando a probabilidade de inadimplência, as condições econômicas e projeções de cenários futuros, bem como informações específicas de cada operação. As perdas são estimadas de acordo com os estágios de risco de crédito e revisadas periodicamente, sendo o montante registrado considerado suficiente para cobrir eventuais perdas associadas às operações de crédito.
- h) Outros ativos circulantes e não circulantes:** Os outros ativos circulantes e não circulantes são demonstrados pelo valor do principal, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos até a data do balanço, quando aplicável, e atualizados de acordo com os indexadores contratados. Quando aplicável, estão sujeitos à avaliação de recuperabilidade e à constituição de provisão para perdas com base na expectativa de realização, considerando aspectos econômicos e financeiros do devedor, bem como demais condições que possam impactar a recuperação dos valores registrados.
- i) Imobilizado:** Está registrado ao custo de aquisição e está sujeito a avaliação do valor recuperável periodicamente e/ou sempre que as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil estimada do bem, sendo: 10% para móveis e utensílios e máquinas e equipamentos de uso e, 20% para veículos e sistema de processamento de dados.
- j) Contingências:** O Banco segue os critérios definidos pela Resolução CMN nº 3.823/09, tendo como base o CPC 25 – Provisões, Passivos contingentes e Ativos contingentes, que determina o reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais demonstrada na nota explicativa nº 12.

Os ativos contingentes, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, somente quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, normalmente representado pelo trânsito em julgado da ação ou parecer jurídico atestando o ganho praticamente certo. A provisão para os passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes, classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras, sendo divulgados em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação. As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

- k) **Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro real que exceder a R\$ 240 anuais (R\$ 120 no semestre), e engloba a parcela correspondente aos incentivos fiscais. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 20% sobre o lucro real.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e passivos fiscais diferidos do imposto de renda e da contribuição social são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases.

- l) **Apuração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As operações formalizadas com taxas pós-fixadas são atualizadas pelo critério pro rata temporis, e as operações com taxas pré-fixadas estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.
- m) **Resultado por ação:** Resultado por ação é calculado com base na quantidade de ações em circulação do capital integralizado na data do balanço.
- n) **Uso de estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, estimativas do valor de mercado de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável, realização dos créditos tributários e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.
- o) **Eventos subsequentes:** são eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações financeiras.

#### 4. Disponibilidades

##### a) Composição

Descrição	31/12/2025
<b>Aplicações financeiras de liquidez imediata</b>	
Aplicação em operações compromissadas	2.016.265
Letras financeiras do tesouro nacional (LFT)	127.110
<b>Total</b>	<b>2.143.375</b>

##### b) Receitas com aplicações interfinanceiras de liquidez

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as operações com aplicação interfinanceiras de liquidez imediata, gerou um resultado de R\$ 320.846, sendo R\$ 161.254 no 2º semestre.

## 5. Títulos e valores mobiliários

### a) Composição de títulos e valores mobiliários

Descrição	31/12/2025
Debêntures	44.189
Letras financeiras do tesouro (LFT)	170
Certificados de recebíveis imobiliários	12.065
FIDC de títulos privados – financiamentos de veículos <sup>(1)</sup>	821.147
FIDC de títulos privados – empréstimos consignados <sup>(1) (2)</sup>	744.961
FIDC de títulos privados – outras operações <sup>(1)</sup>	342.407
Fundos de investimento em participações <sup>(3)</sup>	1.709.710
Fundos de investimento imobiliários	595.574
Fundos de investimento multimercados	20.139
<b>Total</b>	<b>4.290.362</b>
Ativo circulante	1.023.362
Ativo não circulante	3.266.513

(1) Os Fundos de investimentos em direitos creditórios privados, correspondem a participações detidas pelo Banco na condição de cotista sênior e são remunerados em média a 102% do DI mais spread.

(2) O saldo de R\$ 744.961 apresentado na rubrica FIDC de títulos privados com empréstimos consignados, corresponde a uma única operação de investimento feita em 28 de fevereiro de 2025, mediante subscrição e integralização de cotas seniores emitidas pelo Fundo EXP1 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados, no qual foi integralizado o importe de R\$ 659.761 em direitos creditórios correspondentes a empréstimos consignados de diferentes originadores. Para o referido veículo de investimento não foi gerado qualquer tipo de ganho ou remarcação. Estas cotas são remuneradas por 100% do DI, com travas de 11% para aproximadamente 45% da carteira; e 14% para os restantes 55%; com pagamento de juros semestrais e uma carência de seis meses para o primeiro pagamento de juros. Os juros reconhecidos no resultado para esta operação no exercício de 2025 foi de R\$ 85.200.

Com relação ao aludido FIDC, há uma disputa judicial com quatro ações em curso em que o Banco Digimais atua no polo ativo, como Banco autor; e uma ação judicial em desfavor do Banco (polo passivo). Tais ações envolvem questões administrativas; os direitos creditórios cedidos; as prerrogativas dos cotistas sênior; a existência de conflito de interesses dos votos dos cotistas subordinados; e a atuação dos prestadores de serviços essenciais do fundo (instituição Administradora e Gestora). Ainda relacionado a este tema, foram adotados todos os procedimentos judiciais voltados a repelir e combater qualquer informação inverídica ou errônea veiculada em mídias físicas ou virtuais, redes sociais ou qualquer outro meio de comunicação. Cumpre também esclarecer, que o Banco Digimais contratou os escritórios Salomão Kaiuca, Abrahão, Raposo e Cotta Advogados e Dotta, Donegatti e Lacerda Sociedade de Advogados, os quais consideram como remotas as chances de perdas destas demandas.

(3) O saldo de R\$ 1.709.710, corresponde a aplicações em Fundos de investimento em participações em diversas empresas com atuação no segmento imobiliário, tecnológico, transportes, metalurgia e siderurgia. O reconhecimento do valor justo destes ativos está amparado em Laudos produzidos por empresas independentes demandados pelos Gestores dos respectivos Fundos. Estes Fundos, contam também com auditoria independente de suas Demonstrações Financeiras, a cada encerramento de período-base, os quais podem não coincidir com o encerramento do ano civil.

**b) Classificação por categoria e vencimento/realização**

Descrição	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
<b>Ativos financeiros mensurados ao Custo Amortizado</b>						
Títulos para negociação	-	-	-	13.009	-	13.009
Debêntures	-	-	-	44.189	-	44.189
CRI	-	-	-	12.065	-	12.065
<b>Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado</b>						
Fundos de investimentos	33.911	1.117.041	365.748	334.954	2.369.445	4.221.099
<b>Totais em 31/12/2025</b>	<b>33.911</b>	<b>1.117.041</b>	<b>365.748</b>	<b>404.217</b>	<b>2.369.445</b>	<b>4.290.362</b>

**c) Receitas de operações com títulos e valores imobiliários**

Descrição	2º Sem./2025	31/12/2025
Receita de aplicação em fundos de investimentos	510.750	828.660
Debêntures	6.090	12.098
Certificados de recebíveis imobiliários	1.148	2.081
Letras financeiras do tesouro (LFT)	2.130	2.920
Resultado com instrumentos financeiros para negociação	4.591	4.617
<b>Total</b>	<b>524.709</b>	<b>850.376</b>

**6. Operações de crédito**

**a) Composição**

Descrição	31/12/2025
Empréstimos e títulos descontados	868.663
Financiamentos de veículos	982.296
Outros Créditos	36.350
	<b>1.887.309</b>
Receitas/Custos de transação Diferidos - TJEO	(6.846)
<b>Total</b>	<b>1.880.463</b>

**b) Carteira por modalidade de crédito classificado ao custo amortizado**

Descrição	31/12/2025
Financiamento de veículos	982.296
Crédito consignado	630.123
Prêmio pago na originação de operações de crédito <sup>(1)</sup>	155.938
Capital de giro	73.173
Outros valores a receber	39.540
Crédito pessoal	4.411
Cartão de crédito	1.828
<b>Total carteira expandida ajustada ao valor justo</b>	<b>1.887.309</b>

(1) O Prêmio de originação de carteiras é o custo de originação das operações de Créditos consignado.

**c) Composição da carteira por segmento de mercado**

Descrição	31/12/2025	
	Valor	%
Comércio	3.745	0,20%
Serviços	37.289	1,97%
Particular	1.846.275	97,83%
	<b>1.887.309</b>	<b>100%</b>
Pessoa física	1.846.275	97,83%
Pessoa jurídica	41.034	2,17%
<b>Total</b>	<b>1.887.309</b>	<b>100%</b>

**d) Composição da carteira por nível de concentração**

Descrição	31/12/2025	
	Valor	%
10 maiores clientes	110.304	5,84%
50 seguintes maiores clientes	13.304	0,70%
100 seguintes maiores clientes	11.628	0,62%
Demais clientes	1.752.073	92,83%
<b>Total</b>	<b>1.887.309</b>	<b>100%</b>

**e) Provisão para perdas associadas a carteira de crédito por tipo de garantia**

A provisão para perdas associadas a carteira de crédito por tipo de garantia está constituída na quantia considerada suficiente pela Administração para cobrir as perdas prováveis na realização dos créditos.

Em atendimento a Res. BCB nº 352/23, as provisões mínimas estabelecidas seguem critérios específicos quanto as garantias contratadas em categorias de C1 a C5, associadas as condições de inadimplência da carteira e a classificação das operações de crédito como ativo problemático.

Faixa de atraso	31/12/2025	
	Carteira	Provisão
<b>Créditos Garantidos</b>		
A Vencer e Vencido de 1 a 14 dias	39.570	(554)
<b>Total em Créditos Garantidos (C1)</b>	<b>39.570</b>	<b>(554)</b>
<b>CDC Financiamento</b>		
A Vencer e Vencido de 1 a 14 dias	616.005	(14.642)
Vencido de 15 a 30 dias	93.287	(4.866)
Vencido de 31 a 60 dias	92.803	(8.944)
Vencido de 61 a 90 dias	49.769	(10.600)
Vencido de 91 a 180 dias	24.248	(8.180)
Vencido de 181 a 360 dias	94.983	(47.173)
Vencidos acima de 361 dias	11.201	(6.428)
<b>Total em CDC Financiamento (C2)</b>	<b>982.296</b>	<b>(100.833)</b>
<b>Operação de crédito rural</b>		
A Vencer e Vencido de 1 a 14 dias	6.349	(121)
<b>Total em Operação de crédito rural (C4)</b>	<b>6.349</b>	<b>(121)</b>
<b>Crédito pessoal com ou sem consig. e capital de giro</b>		
A Vencer e Vencido de 1 a 14 dias	694.906	(16.043)
Vencido de 15 a 30 dias	14.149	(2.000)
Vencido de 31 a 60 dias	25.950	(5.498)
Vencido de 61 a 90 dias	39.485	(18.022)
Vencido de 91 a 180 dias	54.634	(35.742)
Vencido de 181 a 360 dias	12.455	(11.624)
Vencidos acima de 361 dias	17.515	(14.050)
<b>Total em Crédito pessoal com ou sem consig. e capital de giro (C5)</b>	<b>859.094</b>	<b>(102.979)</b>
<b>Total Geral</b>	<b>1.887.309</b>	<b>(204.487)</b>

**f) Movimentação da provisão**

Descrição	2º Sem./2025	31/12/2025
<b>Saldo inicial</b>	<b>(167.203)</b>	<b>(80.728)</b>
Adoção inicial da Res. CMN nº 4.966/21	-	(123.245)
Constituições/Reversões	(42.281)	(47.553)
Créditos baixados para prejuízo/cedidos	4.997	47.039
<b>Saldo final</b>	<b>(204.487)</b>	<b>(204.487)</b>

**g) Receitas com operações de crédito**

Descrição	2º Sem./2025	31/12/2025
Financiamentos	105.124	341.329
Empréstimos	61.934	113.903
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	2.379	7.909
Rendas de arranjo de pagamento	282	2.418
Rendas com serviços prioritários	3.428	7.378
Rendas de tarifas bancárias	32	47
Rendas com avaliações e outros serviços	16.773	31.390
<b>Total</b>	<b>189.952</b>	<b>504.374</b>

**h) Resultado de provisão para perdas associadas a carteira de crédito**

Descrição	2º Sem./2025	31/12/2025
Empréstimos e títulos descontados	(93.505)	(123.336)
Financiamentos	(71.552)	(104.044)
Outros	(2.028)	(4.480)
Reversões	125.228	184.307
<b>Total</b>	<b>(41.857)</b>	<b>(47.553)</b>

**i) Cessão de créditos**

Em 31 de dezembro de 2025, não há operações de cessão de créditos com retenção substancial de riscos e benefícios, conforme as disposições contábeis previstas na Resolução CMN nº 4.966, de 25 de março de 2022, vigente a partir de 1º de janeiro de 2025.

**j) Renegociação**

Durante o exercício de 2025, foram renegociados créditos perfazendo um saldo acumulado de R\$ 171.803.

## 7. Ativos fiscais

### a) Ativos fiscais correntes

Descrição	31/12/2025
Impostos e contribuições a compensar	57.003
Saldo de antecipações para IRPJ e CSLL	7.108
IRPJ e CSLL sobre juros de mora <sup>(1)</sup>	106.594
<b>Total</b>	<b>170.705</b>
Ativo circulante	64.111
Ativo não circulante	106.594

(1) O saldo apresentado como IRPJ e CSLL sobre juros de mora são decorrentes da não incidência de imposto de renda e contribuição social sobre o valor recebido a título de juros moratórios em razão de atraso no pagamento pelos clientes. Este ativo foi constituído mediante a emissão de uma Opinião Legal de nossos assessores jurídicos atestando o ganho como praticamente certo.

### b) Ativos fiscais diferidos

Os ativos fiscais diferidos são decorrentes de diferenças temporárias (relativas às provisões sobre operações de crédito, provisão sobre ações cíveis e trabalhistas, marcação a mercado dos títulos classificados como disponíveis para venda ou mantidos para negociação) e prejuízos fiscais / base negativa de contribuição social

Base	31/12/2025		
	IRPJ	CSLL	Total
Provisões para perdas de crédito	219.173	175.338	394.511
Provisões para contingências	7.711	6.168	13.879
Prejuízos fiscais/base negativa	3.097	1.947	5.044
<b>Total</b>	<b>229.981</b>	<b>183.453</b>	<b>413.434</b>

**c) Expectativa de realização**

Os créditos tributários são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos forem recuperados ou liquidados, conforme a seguinte expectativa:

Exercício	31/12/2025			
	Diferenças Temporárias	Prejuízo Fiscal	Total C.T.	Valor Presente
2026	24.251	5.044	29.295	25.447
2027	37.026	-	37.026	27.938
2028	50.905	-	50.905	33.352
2029	74.052	-	74.052	42.144
2030	37.026	-	37.026	18.304
2031	37.026	-	37.026	15.900
2032	37.026	-	37.026	13.806
2033	37.026	-	37.026	11.992
2034	37.026	-	37.026	10.417
2035	37.026	-	37.026	9.049
	<b>408.390</b>	<b>5.044</b>	<b>413.434</b>	<b>208.349</b>

Em 31 de dezembro de 2025 os créditos tributários apresentaram as seguintes movimentações:

Descrição	2º Sem./2025	31/12/2025
<b>Saldo inicial</b>	<b>466.467</b>	<b>434.289</b>
Efeito fiscal sobre adoção inicial da Res. CMN nº 4.966/21	-	55.460
Constituição de Crédito Presumido Lei nº 12.838/13	(55.836)	(55.836)
Constituições	266.544	374.573
Baixas	(263.541)	(394.852)
<b>Saldo final</b>	<b>413.634</b>	<b>413.634</b>

Em atendimento ao requerido pela Resolução CMN nº 4.842/20, eventual reversão, bem como a manutenção dos créditos tributários deverão ser avaliados periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique os valores registrados.

## 8. Imobilizado de uso

### a) Composição

Descrição	Taxa de depreciação	Custo	(-) Depreciação	Total
Móveis, instalação e equipamento de uso	10%	411	(284)	<b>127</b>
Sistemas de comunicação	10%	110	(100)	<b>10</b>
Sistema de processamento de dados	10%	16.334	(12.627)	<b>3.707</b>
Sistema de segurança	10%	20	(20)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>16.875</b>	<b>(13.031)</b>	<b>3.844</b>

### b) Movimentação

Descrição	Móveis, inst. e equip. de uso	Sistema de comunic.	Sist. de proc. de dados	Sistema segurança	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>685</b>	<b>19</b>	<b>6.587</b>	-	<b>7.291</b>
Baixas	-	-	-	(71)	(71)
Depreciação	(558)	(9)	(2.880)	71	(3.376)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>127</b>	<b>10</b>	<b>3.707</b>	-	<b>3.844</b>

## 9. Outros ativos

### a) Composição

Os saldos apresentados no grupo Outros Ativos classificados como ativos financeiros estão mensurados ao custo amortizado, não havendo ajustes na adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21.

Descrição	31/12/2025
Valores a receber <sup>(1)</sup>	1.256.225
Despesas antecipadas (nota explicativa nº 9b)	76.179
Demais contas a receber	4.079
Devedores por depósito em recursos <sup>(2)</sup>	14.749
Garantias retomadas – BNDU <sup>(3)</sup>	7.913
Adiantamentos salariais	7.138
<b>Total</b>	<b>1.366.283</b>
Ativo circulante	371.377
Ativo não circulante	994.906

- (1) O saldo de R\$ 1.256.225, apresentado na rubrica Valores a Receber em 31 de dezembro de 2025, é composto substancialmente por duas operações mercantis de venda a prazo para B.A Empreendimentos e Participações S.A.

A primeira refere-se à venda das ações da Digimais Securitizadora de Créditos Financeiros S/A, realizada em 28 de outubro de 2024, pelo valor total de R\$ 193.459, com vencimento em 23 de outubro de 2029. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo desse direito correspondia a R\$ 226.816. O contrato prevê atualização monetária pela taxa DI + 0,5% ao ano, o que resultou na apropriação de R\$ 27.901 a título de juros no exercício.

A segunda operação, refere-se a venda das cotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Hermon, realizada em 29 de dezembro de 2025, pelo valor total de R\$ 741.349, com vencimento em 29 de dezembro de 2032. O contrato prevê atualização pelo IPCA + 0,50% ao ano, sendo acordado o pagamento dos juros anualmente, todo dia 29 de dezembro, até o encerramento do contrato. Referida operação foi antecedida da obtenção de dois pareceres legais atestando sua lisura e conformidade regulatória. Quanto ao valor da operação, foi utilizado o valor contábil do Patrimônio Líquido do Fundo, na última data base disponível e que foi auditado por empresa independente de auditoria e teve como base Laudo de Avaliação produzido por empresa de Auditoria internacional (Big 4).

- (2) O saldo apresentado de devedores por depósito em recursos, refere-se de depósitos de ações judiciais de impostos, ações trabalhistas e ações indenizatórias.
- (3) O saldo de R\$ 12.360 apresentado sob a rubrica Garantias retomadas – BNDU, trata-se de Ativo não financeiro mensurado a valor justo por meio do resultado.

#### b) Despesas antecipadas

Descrição	31/12/2025
Fundos de investimento - Estruturação <sup>(1)</sup>	20.557
Licença de uso <sup>(2)</sup>	34.115
Despesas com cartões	8.023
Outras despesas antecipadas	800
Despesas de processamento de dados	11.368
Despesas de pessoal antecipadas	169
Despesas de serviços técnicos especializados <sup>(3)</sup>	1.147
<b>Total</b>	<b>76.179</b>
Ativo circulante	46.929
Ativo não circulante	29.250

- (1) Trata-se de custos relacionados a estruturação de operações de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Privados que teve sua integralização em créditos oriundos dos financiamentos de veículos, sendo apropriados conforme o prazo médio da carteira de crédito.
- (2) O saldo apresentado de despesa antecipada com licença de uso, refere-se ao direito de uso da marca “Digimais” de propriedade da B.A. Empreendimentos e Participações S/A. (Holding e controladora indireta do Banco), composto por 22 parcelas das 60 pactuadas em instrumento particular celebrado entre as partes no dia 01 de novembro de 2022 com o valor total de R\$ 93.041.
- (3) As despesas antecipadas com serviços técnicos especializados, referem-se ao controle de apropriação e diferimento dos serviços de informática com espaços em nuvem para armazenamento de dados e operações digitais que são prestados por terceiros contratados.

## 10. Depósitos a prazo

### a) Composição de depósitos a prazo

Descrição	31/12/2025
Certificado de depósito bancário pós fixado	6.888.296
Certificado de depósito bancário pré-fixado	1.647.683
Depósito a prazo com garantia especial - DPGE	40.785
Letras Financeiras Subordinadas	550.405
<b>Total</b>	<b>9.127.169</b>
Passivo circulante	2.007.327
Passivo não circulante	7.119.842

### b) Composição por vencimento e por tipo de depositante

O Banco faz a captação de recursos de forma recorrente, mantendo posição ativa principalmente na distribuição de CDB's, utilizando plataformas de distribuição no mercado aberto. Esta operação gera constante reposição dos valores quando dos seus vencimentos.

As captações com taxas pré-fixadas representam aproximadamente 20% dos saldos dos recursos captados e as operações com taxas pós-fixadas representam 80%. O custo de captação junto as plataformas, em percentual equivalente ao DI, correspondem em média a 115,70% ("all in"); a taxa média oferecida aos clientes finais pelas plataformas gira em torno de 111,86% da variação do DI.

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
<b>A prazo</b>	<b>581.529</b>	<b>1.425.798</b>	<b>3.313.031</b>	<b>3.291.156</b>	<b>515.655</b>	<b>9.127.169</b>
Pessoas físicas	1.777	6.954	6.816	129	-	15.676
Pessoas jurídicas	579.752	1.418.844	3.306.215	3.291.027	515.655	9.111.493
<b>Totais em 31/12/2025</b>	<b>581.529</b>	<b>1.425.798</b>	<b>3.313.031</b>	<b>3.291.156</b>	<b>515.655</b>	<b>9.127.169</b>

### c) Concentração por depositantes

Descrição	31/12/2025
10 maiores clientes <sup>(1)</sup>	8.719.737
50 seguintes maiores clientes	399.739
100 seguintes maiores clientes	7.693
<b>Total</b>	<b>9.127.169</b>

(1) Dentro dos 10 maiores clientes apresentados, 81.04% do valor, ou seja, R\$ 7.066.212 estão pulverizados em depositantes mantidos por intermédio de plataformas de distribuição.

**d) Despesas com captação no mercado**

Descrição	2ª Sem./2025	31/12/2025
Despesas com contribuição ao FGC	(5.823)	(10.482)
Despesas com captações subordinadas	(26.958)	(59.061)
Despesas com captações com o mercado	(669.490)	(1.200.931)
<b>Total</b>	<b>(702.271)</b>	<b>(1.270.474)</b>

**11. Passivos fiscais correntes**

Descrição	31/12/2025
Imposto de renda	2.965
Contribuição Social	930
Imposto sobre serviços	45
Contribuições federais - PIS e COFINS	8.374
Encargos trabalhistas	2.291
IOF a recolher	101
<b>Total</b>	<b>14.706</b>
Passivo circulante	14.706

**12. Provisões para contingências**

**a) Ativos contingentes**

Em 31 de dezembro de 2025, não existe processo ativo contingente.

**b) Passivos contingentes classificados como perda provável**

O Banco é parte em processos judiciais de natureza trabalhistas e cíveis. À avaliação para constituição de provisões é efetuada conforme critérios descritos na Nota Explicativa no 3j. A Administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para atender perdas eventuais decorrentes dos respectivos processos.

Descrição	31/12/2025
Contingências trabalhistas	28.323
Contingências cíveis	2.518
<b>Total</b>	<b>30.841</b>

### c) Movimentação

Em 31 de dezembro de 2025, a movimentação da provisão para riscos no Balanço Patrimonial e o seu correspondente efeito no resultado do período são assim demonstradas:

Descrição	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	31.026	2.259	880	34.165
Constituições/Reversões	8.400	2.198	(880)	9.718
Baixas	(11.103)	(1.939)	-	(13.042)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>28.323</b>	<b>2.518</b>	<b>-</b>	<b>30.841</b>

### d) Passivos contingentes classificados como perda possível

O banco possui ações de natureza trabalhistas, cíveis e tributárias envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir:

Descrição	31/12/2025
Contingências trabalhistas	32.556
Contingências cíveis	774
Contingências tributárias	272
<b>Total</b>	<b>33.602</b>

### 13. Outros passivos

Descrição	31/12/2025
Credores diversos <sup>(1)</sup>	12.544
Provisões para pagamentos a efetuar <sup>(2)</sup>	63.077
Obrigações por aquisições de bens e direitos	7.983
Participações nos resultados a pagar	1.936
Remuneração variável – parcela diferida	11.334
<b>Total</b>	<b>96.784</b>

(1) O saldo é composto majoritariamente por contratos junto a prestadores de serviços de informática terceirizados conforme descrito na nota explicativa no 9b item 3.

(2) Do saldo apresentado, R\$ 54.351 corresponde a aquisição de cotas de Fundos de investimento em participações contratada para pagamento a prazo.

## 14. Patrimônio líquido

### a) Capital Social

Em 02 de dezembro de 2025, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária (AGE) que deliberou pelo aumento do capital social no montante de R\$ 250.000, mediante a emissão de 4.353.421 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Do valor total do aumento, R\$ 125.000 foram integralizados na data da deliberação, sendo o saldo remanescente a ser integralizado no prazo de até 12 meses, na forma prevista nos artigos 26 e 27 da Lei nº 4.595/64.

Portanto em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e totalmente integralizado é de R\$ 915.000.

### b) Juros sobre Capital

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não houve deliberação para pagamento de Juros sobre o capital próprio.

### c) Reservas de lucros

Em 31 de dezembro de 2025 não há reserva de lucros já que a empresa se encontra com prejuízos acumulados.

## 15. Transações com partes relacionadas

Descrição	Taxa de Juros a.a.	Prazos até	31/12/2025
<b><u>Ativo circulante e não circulante</u></b>			
<b>Operações de Crédito:</b>			<b>10.046</b>
Controladores diretos e indiretos	28%	03/2028	9.840
Outras	31%	09/2026	205
<b>Demais contas a receber</b>			<b>1.002.280</b>
Despesas antecipadas	-	11/2027	34.115
Valores a receber	DI+0,5% e IPCA+0,50%	10/2029 a 12/2032	968.165
<b><u>Passivo circulante e não circulante</u></b>			
<b>Depósitos à vista:</b>			<b>5</b>
Controladores diretos e indiretos	-	-	2
Outras	-	-	3
<b>Depósitos a prazo:</b>			<b>211.679</b>
Controladora direta	107% CDI	11/2027	128
Controladores indiretos	De 100% a 107% CDI	01/2026 a 10/2027	209.673
Outras	De 105% a 107% CDI	10/25 a 11/27	1.878
<b><u>Despesas de captação</u></b>			<b>2.169</b>

#### a) Remuneração dos administradores

A remuneração dos administradores totalizou no semestre findo em 31 de dezembro de 2025 o montante de R\$ 11.333.

A extinção da relação de trabalho com os Administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a quaisquer compensações financeiras adicionais e os benefícios indiretos poderão ser descontinuados. Não há benefícios de curto ou longo prazo nem remuneração baseada em ações.

### 16. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido com efeito no resultado do período considerando as principais movimentações ocorridas pode ser assim demonstrada:

Descrição	31/12/2025
Resultado antes do IR e CSLL e da PLR	59.474
Participações nos lucros e resultados – PLR	(3.570)
<b>Total</b>	<b>55.904</b>
Imposto de renda à alíquota de 15%	(8.385)
Adicional de imposto de renda à alíquota de 10%	(5.566)
Contribuição social à alíquota de 20%	(11.181)
<b>Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes</b>	<b>(25.132)</b>
Ajustes permanentes	509
<b>Total</b>	<b>(24.623)</b>

### 17. Despesas com venda ou transferência de ativos financeiros

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi apurado R\$ 23.494 de prejuízos com as vendas de carteiras não performadas sem coobrigação. No 2º semestre, não houve operação de venda dessa natureza.

## 18. Outras despesas administrativas

Descrição	2º Sem./2025	31/12/2025
Com serviços de terceiros <sup>(1)</sup>	(24.934)	(55.152)
Com tecnologia da informação <sup>(2)</sup>	(31.341)	(57.683)
Demais despesas gerais e administrativas <sup>(3)</sup>	(42.221)	(52.194)
Com registros	(33.374)	(39.472)
Com consultorias e auditoria	(8.318)	(13.388)
Com licença de uso da marca	(9.304)	(18.608)
Com contingências	(5.594)	(9.613)
Com depreciação e amortização	(1.409)	(3.448)
Com aluguéis	(819)	(1.802)
Com internet	(384)	(767)
<b>Total</b>	<b>(157.698)</b>	<b>(252.127)</b>

- (1) O saldo apresentado, trata-se majoritariamente dos pagamentos realizados para agências de cobranças no auxílio a recuperação de créditos inadimplidos.
- (2) As despesas com tecnologia da informação decorrem dos gastos com manutenção da infraestrutura e desenvolvimentos sistêmicos para atendimento administrativo.
- (3) As demais despesas gerais e administrativas são compostas, predominantemente, por gastos relacionados à Estruturação de fundos de investimentos, que representam 58% do total desse grupo, correspondendo a (R\$ 30.400).

## 19. Despesas tributárias

Descrição	2º Sem./2025	31/12/2025
Despesas com ISS	(1.056)	(2.375)
Despesas com PIS e COFINS	(14.549)	(26.209)
Despesas tributárias diversas	(31)	(57)
<b>Total</b>	<b>(15.636)</b>	<b>(28.641)</b>

## 20. Responsabilidades e compromissos

Em 31 de dezembro de 2025, o Banco não possuía saldo de avais e fianças prestados a clientes e no período não houve pagamento oriundo de garantias.

## 21. Outras receitas e despesas operacionais

### a) Outras receitas operacionais

Descrição	2º Sem./2025	31/12/2025
Variação cambial	120	84
Variação monetária	23.611	40.041
Outras <sup>(1)</sup>	37.199	37.460
<b>Total</b>	<b>60.930</b>	<b>77.585</b>

(1) O saldo é composto majoritariamente pelo ganho auferido na aquisição de cotas de fundos de investimento, no montante de R\$ 31.385, decorrente de compra realizada em condições vantajosas.

### b) Outras despesas operacionais

Descrição	2º Sem./2025	31/12/2025
Perdas operacionais	(404)	(557)
Variação cambial	(37)	(221)
Outras	(10.390)	(18.881)
<b>Total</b>	<b>(10.831)</b>	<b>(19.659)</b>

## 22. Instrumentos financeiros

A gestão dos instrumentos financeiros, é focada em portfólios e fatores de risco conforme regulamentação do Bacen e das boas práticas internacionais, e são classificados de acordo com a intenção da Administração na data da contratação da operação, se a finalidade é para proteção contra risco (hedge) ou não.

A gestão do risco de mercado concentra-se na medição, monitoramento e no controle da exposição do risco das operações não classificadas na carteira de negociação, sendo adotado como metodologia para mensurar os riscos de mercado da carteira de não negociação, o EVE (*Economic Value of Equity*) – parcela Rban – e os testes de estresse que determinam a sensibilidade do capital frente aos impactos de movimentos extremos de mercado.

## 23. Gestão de riscos

O modelo de gerenciamento de riscos adotado pelo Banco envolve uma estrutura de Comitê, com a participação de diretores e da gestão de riscos, além de outras áreas. Todas as decisões são tomadas de forma colegiada em conformidade com as políticas estabelecidas pelo Banco. Adicionalmente, em conformidade com a Circular 3.930/19 estão divulgados no site da Instituição, [www.bancodigimais.com.br](http://www.bancodigimais.com.br), as informações relativas às estruturas de gerenciamento de riscos, as exposições aos riscos, o patrimônio de referência (PR), e as parcelas de requerimento de capital.

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17, foi estabelecida a estrutura de gestão de capital e de gerenciamento dos riscos integrados, que possibilita que os riscos sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados, mitigados e reportados.

Foram formalizados em políticas e normativas internas com as diretrizes da gestão de risco para maior disseminação e definição dos papéis e responsabilidades dos envolvidos em todos os níveis.

O modelo adotado é das três linhas de defesa, com o objetivo de estabelecer a cultura de gerenciamento de riscos integrados, na qual o Departamento de Riscos é participante da segunda linha de defesa.

O Comitê de Gestão de Riscos é responsável por estabelecer os limites e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco em níveis considerados aceitáveis pelo apetite da Instituição.

### a) Risco operacional

O Banco detém uma estrutura de gerenciamento dos riscos operacionais, na qual o departamento de riscos é responsável pelo gerenciamento dos riscos operacionais com o propósito de identificar, registrar, controlar, monitorar e reportar os limites de risco, bem como avaliar a efetividade dos controles, atuando em parceria com a área de Controles Internos.

A metodologia utilizada para a condução da gestão de risco operacional e controles internos está baseada no COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e no acordo de Basileia - BIS (*Bank for International Settlements*), que contempla avaliações nos processos, identificação dos riscos, efetividade dos controles e planos de ação na mitigação dos riscos identificados.

Para apuração do capital requerido para o risco operacional é utilizada a abordagem padronizada básica.

### b) Risco de mercado

Define-se o risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Instituição. O risco de mercado para o Banco Digimais concentra-se na variação da taxa de juros. Para mensurar o risco é utilizado a metodologia EVE (*Economic Value of Equity*), que avalia a mudança no valor de mercado de uma carteira resultante de choque nas taxas de juros. A diferença entre os fluxos de caixa projetados do Banco Digimais (utilizando taxas de mercado) e os mesmos fluxos utilizando taxas estressadas, estima o risco de perda da carteira.

O Comitê de Gestão de Riscos é responsável por estabelecer e monitorar os limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis.

### c) Risco de liquidez

O Banco Digimais adota como metodologia para mensurar o risco de liquidez, o monitoramento e reporte das situações que possam afetar o equilíbrio econômico-financeiro do Banco. São realizados testes de aderência para acompanhamento e confronto diário entre os valores programados que constam no fluxo de caixa e aqueles que efetivamente foram realizados, assim como testes de estresse, envolvendo situações como o aumento da inadimplência, resgates antecipados e não renovação das captações.

**d) Risco de crédito**

O risco de crédito pode ser definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a: não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados; desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; reestruturação de instrumentos financeiros; ou; custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos. O monitoramento do risco acontece através do acompanhamento da qualidade da carteira de crédito e elaboração de políticas, normas, testes de estresse, análise de níveis de concentração e inadimplência para adequada apropriação da provisão para crédito de liquidação duvidosa.

**e) Risco Socioambiental**

O Banco Digimais, em observância a Resolução CMN 4.945/21, estabelece a estrutura de gerenciamento da Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), por meio de práticas adotadas para a gestão e governança deste assunto, observando a legislação vigente e aplicando a todo o Conglomerado Prudencial.

**Responsabilidade Ambiental:** o Banco Digimais reconhece a sua responsabilidade ambiental, constituindo princípios que orientem a atuação da Instituição e as partes interessadas, no âmbito da gestão ambiental e climática, as ações de efetividade elaboradas devem seguir padrões adequados ao modelo, a natureza de negócios, a complexidade das operações e atividades exercidas pela instituição.

**Responsabilidade Social:** o Banco Digimais reconhece a sua responsabilidade social e a sua capacidade de gerar impacto positivo no meio regulatório em que atua, bem como, na sociedade em geral, por meio de ações afirmativas voltadas ao coletivo e busca de aderência a melhores práticas adequadas em suas atividades, processos e produtos ou serviços por ela oferecidos.

**Responsabilidade com os Colaboradores:** A relação do Banco Digimais, com seus colaboradores é pautada por boas práticas trabalhistas, tendo como finalidade o cumprimento das leis brasileiras aplicáveis, a promoção de um ambiente de trabalho saudável e seguro, livre de qualquer forma de abuso, assédio, discriminação, observando o estabelecido nos Códigos de Ética e de Conduta do Banco Digimais e a capacitação e o engajamento dos colaboradores para que incorporem práticas socioambientais ao seu dia a dia, bem como as práticas de educação financeira, dentro e fora da Instituição.

**Relacionamento com Fornecedores:** Os procedimentos e premissas social, ambiental e climática visam garantir que as empresas contratadas possuam condutas social, ambiental e ética dentro dos padrões estabelecidos nesta política.

Sendo assim, são adotadas práticas que visam estruturar boas práticas, assegurando o estímulo à transformação, gerando impactos positivos na sociedade.

**f) Gerenciamento de capital**

O gerenciamento de capital é um processo contínuo de monitoramento, controle, avaliação da necessidade de capital a fim de fazer face aos riscos envolvidos nas operações da instituição.

O Bacen determina às instituições financeiras a manutenção de um Patrimônio de Referência (PR), PR Nível I e Capital Principal compatíveis com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	31/12/2025	Projetado <sup>(1)</sup>
PR Nível I – Capital principal	708.116	833.118
PR Nível II – LFSN	364.253	364.253
<b>PR - Patrimônio de Referência</b>	<b>1.072.369</b>	<b>1.197.371</b>
RWAcpad - Risco de crédito	8.226.189	8.226.189
RWAopad – Risco operacional	652.438	652.438
RWAmpad – Risco de mercado	153	153
<b>RWA – Ativos Ponderados pelo Risco</b>	<b>8.878.779</b>	<b>8.878.779</b>
<b>Índice de Basileia Nível I – Capital principal</b>	<b>7,98%</b>	<b>9,38%</b>
<b>Índice de Basileia Amplo</b>	<b>12,08%</b>	<b>13,49%</b>

(1) A projeção apresentada considera o valor do aumento de capital realizado em dezembro de 2025, no montante de R\$ 250.000, homologado pelo Banco Central em 5 de março de 2026. Vide nota explicativa nº 24 Eventos subsequentes.

## 24. Eventos subsequentes

Em 5 de março de 2026 o Banco Central aprovou o aumento de Capital no montante de R\$ 250.000 deliberado em 02 de dezembro de 2025. A parcela pendente de integralização, correspondente a 50% (R\$ 125.000), foi integralizada em 26 de março de 2026.

Exceto pelo citado, a administração declara a inexistência de outros fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

\*\*\*

## Composição da Administração em 31 de dezembro de 2025

### Diretoria Executiva

#### **Diretor Presidente (interino)**

João Alves de Campos

#### **Diretores**

Marcelo de Lima Brasil (Diretor Jurídico)

Rodrigo Ruggero (Diretor Contábil e Riscos)

Eduardo Gonzaga de Oliveira Guedes (Diretor Comercial)

Paulo Rogerio Batista Nunes (Diretor de Crédito)

Fernanda de Sousa Grecco Alves (Diretora Operacional)

### Contador

Rodrigo Ruggero - CRC1SP296269/O-4

## Demonstrações financeiras

Os Diretores declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes, assim como revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da instituição relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as quais foram aprovadas pela Administração do Banco em 02 de abril de 2026.

## Relacionamento com os auditores independentes

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Banco Digimais não contratou nem teve serviços prestados pela CLA - Clifton Larson Allen Brasil Auditores Independentes que afetem ou possam afetar a independência necessária à execução do trabalho de auditoria externa das demonstrações financeiras. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

## Ouvidoria institucional

A estrutura de Ouvidoria do Banco Digimais está em conformidade com a Resolução CMN nº 4.860 de 23 de outubro de 2020 e disponibiliza aos seus clientes os canais de acesso à Ouvidoria e os divulga por meio de seus correspondentes bancários, internet e materiais de comunicação. A Instituição mantém sua Ouvidoria como instrumento de suma importância no relacionamento com seus clientes e, em estrita observância às normas legais e regulamentares relativas ao direito do consumidor.

## Agradecimentos

Para finalizar, agradecemos aos clientes e acionistas pela confiança, aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação. Reiteramos o nosso compromisso permanente de promover uma Administração focada em resultados, sem renunciar ao tripé: segurança, liquidez e rentabilidade.